



**PROVA CONSELHO TUTELAR 2019
MUNICÍPIO DE IPOJUCA**



NOME DO CANDIDATO:

CPF

ASSINATURA:

INFORMAÇÕES GERAIS

1. Você receberá do chefe de sala o material descrito a seguir:

- A. Este Caderno de Questões Objetivas, com 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha;
- B. Um Cartão de Respostas destinado às respostas das questões objetiva.

2. Ao receber o Cartão de Respostas você deve:

- A. Confiar se seu nome, e CPF que constam na parte superior do CARTÃO-RESPOSTA que você recebeu;
- B. Caso exista algum erro de digitação ou impressão, no seu caderno de prova, cartão resposta, comunique imediatamente ao chefe de sala, a fim de que seja registrado em Ata de Sala e seja feita devida substituição.
- C. Ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas;
- D. Assinar o Cartão de Respostas no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta de material transparente.

3. Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas, tendo seu início previsto às 8:00h e término às 12:00h (horário local).

4. Cada questão objetiva apresenta 04 (quatro) opções de resposta, identificadas com as letras (A), (B), (C) e (D);

5. O CARTÃO-RESPOSTA é o único documento válido para o processamento de suas respostas, e em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO-RESPOSTA por erro do candidato;

6. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, na sala de realização da prova por, no mínimo, duas horas após o início da prova;

7. O Cartão de Respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado nem pode conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.

8. Quando terminar sua prova, você deverá, OBRIGATORIAMENTE, entregar a Prova, Cartão de Respostas, devidamente preenchidos e assinados ao chefe da sala. Aquele que descumprir esta regra será ELIMINADO.

LEI FEDERAL 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e suas alterações)

1. Como um pacto nacional no sentido de conjugar esforços para a defesa dos direitos das crianças e adolescentes do Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente representa um marco de extrema importância no enfrentamento de problemas durante tanto tempo negligenciados. Pensando nisso, assinale a alternativa que contém princípios básicos do ECA.
 - a) O ECA foi uma iniciativa de países do Cone Sul da América Latina nos anos 80 pós-ditadura militar, iniciativa imitada pelo Brasil no início dos anos 90.
 - b) A responsabilidade da construção da rede de proteção à criança e ao adolescente é tarefa de todos e responsabilidade de cada um, fortalecendo a rede de proteção com apoio à família.
 - c) A circulação do ECA deve ser restrita às instâncias de poder municipais, estaduais e federais, ficando as autoridades dessas instâncias de poder responsáveis por interpretar os princípios do ECA para a população.
 - d) O ECA é lei ordinária, constitucional e absoluta, portanto não deve haver nenhuma alteração nas suas disposições ao longo dos anos.
2. Acerca das disposições preliminares que introduzem as bases do ECA, assinale a alternativa que contém informações **INCORRETAS** acerca de tais disposições.
 - a) Desde que expresso na lei, há casos em que o ECA pode ser aplicado excepcionalmente para pessoas entre 18 e 21 anos de idade.
 - b) É dever de todos – família, comunidade, sociedade, poder público – zelar pela efetivação de todos os direitos assegurados a crianças e adolescentes.
 - c) Para o ECA considera-se criança indivíduos entre 5 e 15 anos de idade, enquanto adolescentes são aqueles que possuem entre 16 e 20 anos de idade.
 - d) O princípio da garantia de prioridade estabelece que a criança ou adolescente tem primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
3. “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. É isso que o artigo 5.º do ECA estabelece como algo fundamental e preliminar para a defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Assinale a alternativa que mantém relação direta com tal ideia fundante do artigo 5.º exposta acima.
 - a) O adolescente que incorre em Ato Infracional – desde que apreendido em flagrante – sofrerá perda de alguns direitos básicos durante o período de internação.
 - b) Constitui omissão do poder público não punir adolescentes infratores com rigor semelhante à punição de adultos condenados.
 - c) Racismo e preconceito de gênero não constituem formas de discriminação de crianças de menos de 12 anos.
 - d) Tais princípios do artigo 5.º levam em conta a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

4. Sabendo que é assegurado o atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), assinale a alternativa correta.
- O acesso aos serviços de proteção e recuperação da saúde deve ser universal e igualitário para todas as crianças e adolescentes.
 - Crianças e adolescentes portadores de deficiência devem receber a mesma assistência médica pelo SUS, sem atenção à sua condição especial.
 - Medicamentos, próteses e outros recursos relacionados ao tratamento ficam sob responsabilidade financeira da família da criança ou adolescente.
 - Os estabelecimentos do SUS não possuem responsabilidade de proporcionar condições para a permanência em tempo integral dos pais nos casos de internação de criança ou adolescente.
5. De acordo com o ECA, sobre a vacinação de crianças, é correto afirmar:
- A vacinação é obrigatória apenas para crianças abaixo dos 6 anos.
 - A partir dos 10 anos a vacinação da criança fica a critério dos pais.
 - Quando recomendada pelas autoridades sanitárias, a vacinação de crianças é obrigatória.
 - Ficam isentos da responsabilidade de vacinação dos filhos, os pais residentes em zona rural ou de difícil acesso.
6. Deve-se ter em conta que crianças e adolescentes têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como indivíduos em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis. O DIREITO À LIBERDADE, neste caso, significa uma série de coisas, **EXCETO**:
- Liberdade de crença e culto religioso.
 - Liberdade de concorrer a qualquer cargo político.
 - Liberdade de expressão e opinião.
 - Liberdade para praticar esportes e atividades de divertimento.
7. Toda criança e adolescente possui também direito ao respeito, de acordo com o que está estabelecido no ECA. Quanto a esse direito, assinale a alternativa correta.
- Tal direito tem restrições para adolescentes em condição de liberdade assistida.
 - Implica a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente.
 - Consiste na aceitação da decisão do adolescente de estar matriculado ou não em instituições regulares de ensino.
 - O acesso a esse direito pode variar de acordo com a concordância dos pais ou responsável e a idade da criança.
8. Acerca da situação de criança ou do adolescente inserido em PROGRAMA DE ACOLHIMENTO FAMILIAR OU INSTITUCIONAL, podemos afirmar que:
- A criança ou adolescente que estiver em programa de acolhimento institucional deverá permanecer obrigatoriamente no mínimo 4 anos em tal condição.
 - A cada 6 meses a criança ou adolescente inserida em programa de acolhimento familiar ou institucional deverá ter sua situação reavaliada.
 - Fica a cargo do Conselho Tutelar a decisão e deliberação de reintegrar a criança ou adolescente ao convívio familiar quando achar conveniente.

- d) O acolhimento familiar se dará apenas para crianças abaixo de 5 anos e com pais desconhecidos ou desaparecidos.
9. O ECA concebe como família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes. Também reconhece a existência da família extensa. Em relação a isso, assinale a alternativa que **NÃO** condiz com o que o ECA estabelece:
- a) O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível.
 - b) Os filhos havidos fora do casamento poderão ser reconhecidos pelos pais, conjunta ou separadamente, no próprio termo de nascimento.
 - c) A família extensa - que se estende para além da unidade pais e filhos - é formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.
 - d) Para o reconhecimento de filhos havidos fora do casamento é necessário que a criança tenha a idade mínima de 5 anos.
10. A chamada *família substituta* é algo que o ECA também reconhece com um tipo de família na qual a criança ou adolescente pode ser inserida e manter preservado o seu direito à convivência familiar. Sobre este tipo de família, assinale a alternativa correta.
- a) A introdução em família substituta será feita de acordo com a condição financeira da criança ou adolescente e com a sua situação jurídica.
 - b) Prescinde-se que a criança ou adolescente seja ouvida sobre a sua situação em família substituta, ficando todo o processo sob responsabilidade dos responsáveis.
 - c) A colocação em família substituta deverá ser feita mediante guarda, tutela ou adoção.
 - d) O grau de parentesco não deve ser levado em conta no momento de escolha da eventual família substituta.
11. No caso de criança ou adolescente indígena ou proveniente de comunidade quilombola, a colocação em família substituta deve ser feita da seguinte forma:
- a) A colocação familiar deve ser feita prioritariamente no seio de sua comunidade ou junto a membros da mesma etnia.
 - b) De modo que a família substituta ofereça lar adequado, sem se precisar atentar para a identidade social e cultural, os costumes e tradições da criança ou adolescente.
 - c) Mesmo que os costumes e as tradições sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição, tais aspectos devem ser respeitados.
 - d) Nas comunidades quilombolas, as famílias substitutas ficam desobrigadas de matricular crianças em instituições de ensino.
12. Quanto à GUARDA, o ECA estabelece que a mesma obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais. Sabendo disso, qual alternativa condiz com o que dispõe o ECA sobre o assunto?
- a) Em qualquer situação poder-se-á admitir a guarda, fora dos casos de tutela e adoção, para atender a situações que convenham ao interesse público.
 - b) A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito.
 - c) Cabe ao Conselho Tutelar deliberar e determinar a guarda de crianças e adolescentes.

- d) No ato do deferimento da guarda de criança ou adolescente a terceiros, impede-se automaticamente o exercício do direito de visitas pelos pais.
13. Em relação à TUTELA, o ECA também estabelece regras. Sobre tais regras, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- a) Quando deferida a tutela há a prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar, implicando o dever de guarda.
 - b) A tutela só poderá ser deferida se se comprovar que a medida é vantajosa ao tutelando e que não existe outra pessoa em melhores condições de assumi-la.
 - c) A tutela deve ser deferida a pessoa que tenha no máximo 14 anos e que não tenha menos de 6 anos.
 - d) O tutor nomeado tem o prazo de 30 dias, após a abertura da sucessão, para ingressar com pedido destinado ao controle judicial do ato.
14. Sobre a questão da ADOÇÃO, o ECA diz: “Incumbe à Autoridade Central Federal Brasileira o credenciamento de organismos nacionais e estrangeiros encarregados de intermediar pedidos de habilitação à adoção internacional, com posterior comunicação às Autoridades Centrais Estaduais e publicação nos órgãos oficiais de imprensa e em sítio próprio da internet”. De modo que o credenciamento de tais organismos será admissível sob quais condições?
- a) Se estiverem adequados às condições de integridade moral, competência profissional, experiência e responsabilidade exigidas pelos países e pela Autoridade Central Federal Brasileira.
 - b) Se o organismo internacional não pertencer a país com regime político autoritário e com flagrante desrespeito aos direitos humanos.
 - c) Se o organismo internacional comprovar que seu país possui altos índices de desenvolvimento humano, educação de alto nível e comprovadas ações de proteção aos direitos humanos.
 - d) Se o organismo nacional possuir registro na ONU e na UNICEF, mostrando reconhecido trabalho na proteção de crianças e adolescentes.
15. Os organismos nacionais e estrangeiros credenciados para intermediar pedidos de habilitação à ADOÇÃO INTERNACIONAL devem seguir quais determinações?
- a) É admitido que o organismo tenha fins lucrativos, desde que comprove a aplicação dos recursos em ações de proteção a crianças e adolescentes com necessidade de adoção.
 - b) O credenciamento de organismo nacional ou estrangeiro terá validade mínima de 10 anos.
 - c) Manter um banco de dados com informações sobre as ações feitas em nome da proteção de crianças e adolescentes e da defesa dos direitos humanos.
 - d) Submissão à supervisão das autoridades competentes do país onde estiverem sediados e no país de acolhida e apresentar à Autoridade Central Federal Brasileira, a cada ano, relatório geral de atividades.
16. “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”. Para isso uma série de direitos são assegurados à criança e ao adolescente, **EXCETO**:
- a) Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.
 - b) Direito de escolha entre ensino infantil, fundamental ou médio, independente da idade ou do nível de desenvolvimento cognitivo.
 - c) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e direito de ser respeitado por seus educadores.
 - d) Direito de organização e participação em entidades estudantis.

17. O Conselho Tutelar possui papel importante na proteção ao direito à **EDUCAÇÃO** da criança e do adolescente. Nesse sentido, os estabelecimentos de Ensino Fundamental tem obrigação de comunicar a esse conselho a ocorrência de certos casos que se passam na escola. Assinale a alternativa que contém alguns desses casos.
- Brigas, entreveros e conflitos em geral entre estudantes.
 - Evasão escolar e elevados níveis de repetência.
 - Baixa qualidade do corpo docente e má gestão da escola.
 - Estrutura física precária e casos de improbidade administrativa
18. O ECA estabelece que crianças e adolescentes têm direito à **FORMAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL**. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.
- A proteção ao trabalho dos adolescentes não é regulada por legislação especial, obedecendo apenas ao que está disposto na Constituição.
 - Ao adolescente portador de deficiência é vedado o acesso à formação técnico-profissional.
 - Deve ser obrigatoriamente uma atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente.
 - As atividades poderão ser realizadas em qualquer horário, independentemente da disponibilidade do adolescente.
19. Sobre o chamado *trabalho educativo*, que pode ser oferecido por programa social sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental, determina-se que:
- Na atividade laboral do trabalho educativo as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.
 - Fica a cargo dos conselhos tutelares a capacitação do adolescente para que este possa ser inserido no mercado de trabalho e participar do trabalho educativo.
 - É proibida a remuneração no trabalho educativo. As atividades devem ser feitas com foco na elevação da proficiência do adolescente e na formação de um cidadão apto ao trabalho formal na idade adulta.
 - O adolescente que comprovar que exerce a atividade de trabalho educativo fica dispensado de estar matriculado em instituições de ensino regular em qualquer idade.
20. Quanto às revistas e publicações destinadas ao público infanto-juvenil, o ECA estabelece que:
- As publicações produzidas com finalidades pedagógicas tem ampla liberdade quanto aos seus conteúdos, não sendo necessário estar em conformidade com o ECA.
 - As ilustrações de revistas, desde que expostas à censura prévia, podem conter temas ligados ao mundo adulto e à sexualidade adolescente.
 - Ilustrações, fotografias, legendas, crônicas ou anúncios de bebidas alcoólicas não podem estampar publicações destinadas a crianças e adolescentes.
 - Ficam obrigadas as revistas de circulação nacional destinadas ao público infanto-juvenil a discutirem temas relacionados à identidade de gênero e à sexualidade infantil.
21. “Nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial”. Sobre a questão da **AUTORIZAÇÃO PARA VIAJAR** para crianças e adolescentes, assinale a alternativa correta.
- Quando se trata de viagem ao exterior, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do país em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior sem autorização judicial.

- b) Para viagens dentro do território nacional a criança ou adolescente pode ser acompanhada de qualquer parente de primeiro ou segundo grau, ficando dessa forma dispensada a comprovação documental do parentesco.
- c) Há expresso no ECA determinações diferentes para viagens de ônibus, carro e avião, pois cada transporte possui suas especificidades e por isso é tratado de forma diferente na lei.
- d) O Conselho Tutelar pode emitir autorização judicial para que a criança ou adolescente viaje sem a companhia dos pais ou responsável, desde que a autorização seja solicitada diretamente pelos pais.
22. Para a promoção de proteção dos direitos de crianças e adolescentes existe uma **POLÍTICA DE ATENDIMENTO** desses direitos. Sobre tal política assinale a alternativa correta.
- a) Uma das linhas de ação dessa política de atendimento consiste em separar o atendimento entre adolescentes em condição de internamento e adolescentes em liberdade, diferenciando-se o auxílio de acordo com tais condições.
- b) A política de atendimento deve ser feita apenas a partir das ações governamentais, instituindo-se para isso autoridades responsáveis por tal política.
- c) Uma das diretrizes básicas dessa política é a centralização político-administrativa, retirando-se dos municípios as atribuições de atendimento a crianças e adolescentes.
- d) A política de atendimento deve promover serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos, além de proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.
23. “As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes”. Sobre as tais **ENTIDADES DE ATENDIMENTO**, assinale a alternativa que **NÃO** condiz com o que dispõe o ECA.
- a) As entidades governamentais e não governamentais devem inscrever seus programas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- b) O Conselho Tutelar deve atestar a qualidade e eficiência do trabalho desenvolvido pelos programas das entidades de atendimento, constituindo-se critério para renovação da autorização de funcionamento da entidade.
- c) As entidades não-governamentais podem funcionar sem registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e sem necessidade da participação do Conselho Tutelar no processo.
- d) O registro será negado à entidade que não oferecer instalações físicas em condições adequadas de higiene, salubridade e segurança.
24. Há entidades que desenvolvem programas de internação. Essas entidades têm por obrigação, **EXCETO**:
- a) Conjugam esforços no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares.
- b) Oferecer atendimento personalizado em pequenas unidades e grupos reduzidos.
- c) Restringir boa parte dos direitos dos adolescentes internos como forma de organização do internamento.
- d) Preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente.
25. Quanto às **MEDIDAS DE PROTEÇÃO** à criança e ao adolescente, elas são aplicáveis em qual situação?
- a) Ineficiência do trabalho do Conselho Tutelar.
- b) Ação ou omissão da sociedade ou do Estado.
- c) Falta de punição ao adolescente infrator.
- d) Incapacidade do sistema educacional de oferecer educação de qualidade.

26. O que o ECA considera ATO INFRACIONAL?
- Ações indecorosas de adolescentes inseridos em meio social.
 - A conduta descrita como crime ou contravenção penal.
 - A negação de reconhecimento de paternidade por parte de um pai.
 - Condutas inadequadas reiteradas no ambiente escolar.
27. Sobre a prática de Ato Infracional, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- Os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às medidas previstas no ECA.
 - Mesmo antes da sentença, pode ser determinada a internação do adolescente, neste caso pelo prazo máximo de 45 dias.
 - O adolescente tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão.
 - Quando incorre em Ato Infracional e é apreendido em flagrante, o adolescente fica impedido de gozar de uma série de direitos fundamentais, mesmo os garantidos pela Constituição.
28. Entre as medidas que podem ser aplicadas ao adolescente quando se verifica a prática de Ato Infracional, está a Prestação de Serviços à Comunidade. Nessa medida:
- O adolescente deve prestar alguns serviços à comunidade do seu bairro em troca de uma ajuda de custo e gratificações.
 - Os serviços são feitos por tempo mínimo de 3 anos e máximo de 5 anos.
 - As atividades de prestação de serviços devem ser feitas em qualquer dia da semana, sem se levar em conta a frequência à escola.
 - O adolescente realiza tarefas gratuitas de interesse geral, por período não ultrapasse seis meses, junto a entidades assistenciais.
29. A Internação é também uma das medidas que podem ser aplicadas ao adolescente quando este incorre na prática de Ato Infracional. Para que seja aplicada essa medida é necessário que:
- O adolescente não tenha mais do que 16 anos.
 - O adolescente seja estrangeiro ou filho de estrangeiros.
 - O Ato Infracional tenha sido cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa.
 - O Ato Infracional tenha sido feito na companhia de pelo menos mais 2 adolescentes.
30. Sobre o Conselho Tutelar, assinale a alternativa que **NÃO** condiz com o que o ECA estabelece:
- Para se candidatar a membro do Conselho Tutelar, o interessado deve ter idade superior a 21 anos e reconhecida idoneidade moral.
 - O local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar serão determinados pelo município onde funciona o conselho.
 - O Conselho Tutelar é órgão independente e jurisdicional, exercendo poder coercitivo e de polícia sobre crianças e adolescentes da sua comunidade.
 - Cada Município deverá ter, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, admitindo-se recondução.
31. Acerca das atribuições do Conselho Tutelar, assinale a alternativa que contém atribuições suas:
- Legislar para a comunidade e o município do qual faz parte, exercendo papel de primeiro plano no planejamento administrativo da cidade.
 - Criar e manter espaços para internação de adolescentes praticantes de Ato Infracional, dispondo para isso de recursos orçamentários.

- c) Julgar e eventualmente condenar adolescentes infratores, funcionando de modo a instituir ocasionalmente um juizado especial local e comunitário.
- d) Promover a execução de suas decisões, requisitando serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.
32. “Os estados e o Distrito Federal poderão criar varas especializadas e exclusivas da infância e da juventude, cabendo ao Poder Judiciário estabelecer sua proporcionalidade por número de habitantes, dotá-las de infraestrutura e dispor sobre o atendimento, inclusive em plantões”. Tal trecho do ECA alude à questão da JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. Dito isso, sabemos que a Justiça da Infância e da Juventude tem competência para:
- a) Escolher e empossar os conselheiros tutelares de cada município de acordo com o interesse público e as conveniências específicas de cada juiz de cada comarca.
- b) Aplicar penalidades administrativas quando houver infração contra norma de proteção à criança ou adolescente.
- c) Determinar a abertura ou fechamento de um Conselho Tutelar, de acordo com os interesses da comunidade.
- d) Impedir que o Ministério Público interfira nos conselhos tutelares, garantindo sua independência, autonomia e procedimentos em nome da comunidade e do município.
33. Para que ocorra a concessão de pedido de colocação de criança ou adolescente em FAMÍLIA SUBSTITUTA é necessário:
- a) Que a criança não tenha menos de 4 anos e mais de 16 anos.
- b) Que os pais naturais tenham falecido e que não haja nenhum parente próximo à criança ou adolescente.
- c) Que haja indicação de eventual parentesco do requerente e de seu cônjuge, ou companheiro, com a criança ou adolescente.
- d) Que o Conselho Tutelar assine termo de concordância e autorização para que a criança ou adolescente seja acolhida em família substituta.
34. Quando o adolescente é pego em flagrante de Ato Infracional cometido mediante violência ou grave ameaça, a autoridade policial deverá tomar certas atitudes. Assinale a alternativa que **NÃO** contém uma dessas atitudes.
- a) Lavrar auto de apreensão, ouvidos as testemunhas e o adolescente.
- b) Requisitar os exames ou perícias necessários à comprovação da materialidade e autoria da infração.
- c) Comunicar o caso ao Conselho Tutelar para que este tome as providências cabíveis.
- d) Apreender o produto e os instrumentos da infração.
35. O processo de ADOÇÃO no Brasil requer o cumprimento de uma série de regras e procedimentos. No processo de habilitação de pretendentes a adoção, os postulantes à adoção devem apresentar petição inicial, na qual deve constar:
- a) Cópias autenticadas de certidão de nascimento ou casamento.
- b) Autorização expressa expedida pelo Conselho Tutelar.
- c) Declaração de que não postulou a adoção de outras crianças ou adolescentes.
- d) Certificado de reservista, título de eleitor e declaração de conclusão do Ensino Médio.

SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS

36. O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente é formado a partir da articulação e integração de diversas instâncias públicas governamentais e da sociedade civil. Sobre a CONFIGURAÇÃO do Sistema de Garantia de Direitos, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) Articula-se na forma das normas nacionais e internacionais, com os sistemas congêneres de promoção, defesa e controle da efetivação dos direitos humanos, de nível interamericano e internacional.
 - b) Compete ao Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente promover, defender e controlar a efetivação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, coletivos e difusos, em sua integralidade, em favor de todas as crianças e adolescentes.
 - c) É um Sistema que mantém articulação direta com as instâncias distritais e municipais de poder, não interferindo nos níveis federais e estaduais, pois tais instâncias são sujeitas a leis ordinárias próprias.
 - d) Há no Sistema o objetivo de enfrentar os atuais níveis de desigualdades que se manifestam nas discriminações, explorações e violências, baseadas em razões de classe social, gênero, raça/etnia, orientação sexual, deficiência.
37. Para a promoção, defesa e controle da efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, há certos INSTRUMENTOS NORMATIVOS que existem para garantir tais direitos. Podemos dizer que estão entre esses instrumentos normativos:
- a) Todas as leis de todas as Constituições do Brasil desde que se instituiu o regime republicano. Excetuam-se as leis emitidas durante o regime militar (1964-1985).
 - b) Tratados internacionais e interamericanos, referentes à promoção e proteção de direitos humanos, ratificados pelo Brasil, enquanto normas constitucionais, nos termos da Emenda nº 45 da Constituição Federal.
 - c) Leis criadas pelos Conselhos Tutelares de qualquer município do Brasil, desde que tais leis sejam aprovadas por assembleia popular convocada pelo próprio conselho e ratificada pela câmara municipal da cidade.
 - d) Resoluções presentes na constituição de qualquer país do MERCOSUL, contanto que tais leis não atentem contra os princípios básicos do Estatuto da Criança e do Adolescente.
38. A atuação na defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes tem por meta a garantia do acesso à justiça, ou seja, o recurso às instâncias públicas e mecanismos jurídicos de proteção legal dos direitos humanos. Nesse sentido, quais ÓRGÃOS PÚBLICOS atuam nesse quesito?
- a) Órgãos judiciais, como as varas da infância e da juventude, polícia civil judiciária e advocacia geral da união.
 - b) Polícia federal, assembleias legislativas estaduais e órgãos de defesa do consumidor.
 - c) Câmaras municipais, senado federal e polícia rodoviária.
 - d) Secretarias municipais de promoção da igualdade, representações sociais de bairros e vereadores durante seu mandato.

39. Quanto às ATRIBUIÇÕES do Conselho Tutelar, o Sistema de Garantia de Direitos estabelece que:
- As atribuições dos conselhos tutelares previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente podem ser substituídas por novas atribuições em regimento interno ou em atos administrativos semelhante de outras autoridades.
 - O Conselho Tutelar tem a prerrogativa de aplicar e/ou executar as medidas socioeducativas, previstas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente.
 - Os conselheiros tutelares não podem acompanhar os atos de apuração de ato infracional praticado por adolescente, quando houver fundada suspeita da ocorrência de algum abuso de poder ou violação de direitos do adolescente.
 - Somente os conselhos tutelares têm competência para apurar os atos infracionais praticados por crianças, aplicando-lhes medidas específicas de proteção, previstas em lei, a serem cumpridas mediante requisições do conselho.
40. A promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes também é um dos principais objetivos da resolução n. 113, de 19 de abril de 2006. Para tal promoção, fica estabelecido a partir dessa resolução:
- A política especializada de promoção da efetivação dos direitos humanos de crianças e adolescentes se desenvolve de maneira unívoca e unilateral, pois é a partir da direção exclusiva dos conselhos tutelares que ela acontece.
 - A política de promoção de direitos humanos de crianças e adolescentes implica na satisfação das necessidades básicas de crianças e adolescentes pelas políticas públicas como garantia de direitos humanos.
 - A promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes é um dever precípua e fundamental do Estado. Entidades como família e sociedade não devem se envolver com essa atribuição estatal.
 - Tal política especializada de promoção de direitos torna-se atuante através da centralização política e administrativa. É o governo federal que tem em suas mãos a articulação e desenvolvimento dessa política em cooperação com o ministério dos direitos humanos.
41. A Resolução n. 113, de 19 de abril de 2006 estabelece que as políticas públicas, especialmente as políticas sociais, assegurarão o acesso de todas as crianças e todos os adolescentes aos seus serviços, especialmente as crianças e os adolescentes com seus direitos violados ou em conflito com a lei. Assinale a alternativa abaixo que **NÃO CONDIZ** com o que se observa na tal resolução.
- Os programas e serviços de proteção ficam à disposição dos órgãos competentes do Poder Judiciário e dos conselhos tutelares, para a execução de medidas específicas de proteção, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.
 - Tais programas e serviços devem obedecer aos parâmetros estabelecidos pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda - e pelos demais conselhos dos direitos, em nível estadual, Distrital e municipal.
 - Esses programas se estruturam e se organizam sob a forma de um Sistema Nacional de Proteção de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, regulado por normas operacionais básicas específicas.
 - O atendimento inicial e emergencial – atribuição dos programas de serviços e proteção - deve ser dado apenas para adolescentes que não tenham incorrido em Ato Infracional e/ou cumprindo medida socioeducativa.

42. Aos adolescentes autores de Ato Infracional são destinados programas de execução de medidas socioeducativas, aplicados na forma da lei, assegurando-se o respeito ao princípio constitucional do devido processo legal. Sabendo disso, sobre tais programas de medidas socioeducativas, assinale a alternativa correta.
- a) As medidas socioeducativas para adolescentes autores de Ato Infracional obedecem diretamente aos conselhos de direitos em nível municipal, ficando o CONANDA responsável apenas pela proteção de direitos de adolescentes que já tenham cumprido medida socioeducativa.
 - b) Nas medidas socioeducativas deve prevalecer a iniciativa de contenção e punição do adolescente, tudo isso em detrimento do conteúdo educativo e formador.
 - c) Estabelece-se o monitoramento e avaliação do atendimento socioeducativo, com a participação proativa dos adolescentes socioeducandos, além do respeito ao adolescente durante o processo.
 - d) Considera-se como programas socioeducativos: liberdade assistida, trabalhos forçados; internação; reclusão por tempo indeterminado.
43. Para que as ações públicas de promoção e defesa dos direitos humanos da criança e do adolescente se efetivem de verdade, há mecanismos de controle das tais ações. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.
- a) Na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios haverá um Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, composto por diferentes números de representantes do governo e da sociedade civil organizada, de acordo com os interesses em jogo em cada caso.
 - b) Os conselhos dos direitos da criança e do adolescente deverão acompanhar, avaliar e monitorar as ações públicas de promoção e defesa de direitos de crianças e adolescentes através de normas, recomendações, orientações.
 - c) A composição dos conselhos e a nomeação de seus membros devem ser feitas pelos conselhos tutelares de cada município, atribuindo-se aos seus conselheiros a responsabilidade de dar conta das suas deliberações ao Ministério Público.
 - d) É vedada a participação de pais e familiares de crianças e adolescentes em tais conselhos, exceção feita àqueles que são parte diretamente interessada na defesa e promoção dos direitos de crianças e adolescentes.
44. Sobre a GESTÃO do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- a) Em nível federal, a gestão deverá contar com órgão específico que possui, entre outras atribuições, manter sistema de informação para infância e adolescência, em articulação com as esferas estadual e municipal.
 - b) A manutenção técnica e financeira das entidades e unidades de execução de medidas de proteção de direitos e de medidas socioeducativas deve ser feita pelo poder estadual, dispensando-se o apoio ou dependência do poder federal.
 - c) É em nível federal que se deve coordenar o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, especialmente os programas de execução de medidas socioeducativas.
 - d) O governo federal tem a atribuição de articular e fortalecer o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, além de funcionar prioritariamente como núcleo estratégico-conceitual.

45. Ainda sobre a gestão do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, sabe-se que a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios devem organizar os sistemas estaduais, municipais e distritais de defesa de direitos e de atendimento socioeducativo de crianças e adolescentes. Quanto às atribuições destes, podemos dizer que:
- Os municípios devem elaborar os planos nacionais de defesa de direitos e de atendimento socioeducativo, assim como assessorar o Ministério Público na fiscalização do funcionamento do sistema.
 - Incumbe aos estados organizar o processo de escolha dos conselheiros tutelares, bem como destituir o conselheiro que incorrer em procedimento inadequado.
 - Os municípios devem respeitar as diretrizes gerais dos Planos Nacionais e Estaduais, além de terem a incumbência de baixar normas complementares para a organização e funcionamento dos programas de seus sistemas de defesa de direitos e de atendimento socioeducativo.
 - Os estados devem respeitar e aplicar estritamente os Planos Nacionais de Proteção de Direitos Humanos e de Socioeducação, além de conjugar esforços para a formulação e fiscalização dos Planos Municipais de Proteção de Direitos Humanos e de Socioeducação.
46. O termo CONANDA significa:
- Comissão Nacional dos Direitos dos Adolescentes infratores.
 - Conselho Americano de Demandas Adolescentes.
 - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
 - Comissão Nacional de Normas dos Direitos dos Adolescentes.
47. Segundo a Resolução n. 113, feita a partir de deliberação do CONANDA em Assembleia Ordinária, a garantia dos direitos de crianças e adolescentes se fará através das seguintes linhas estratégicas:
- Efetivação dos instrumentos normativos próprios, especialmente da Constituição Federal.
 - Construção de instrumentos normativos privativos, feitos de forma apartada dos princípios do Estatuto da Criança e do adolescente.
 - Criação de um estatuto próprio para os conselheiros tutelares, garantindo-lhes foro privilegiado em caso de práticas irregulares e/ou improbidades.
 - Cooperação com organismos internacionais, provocando a sujeição direta dos órgãos federais aos ditames da ONU.
48. Se procurarmos entender as relações entre o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Lei Federal nº 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente), de 13 de julho de 1990, teremos como correta qual alternativa abaixo?
- O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, por ser uma disposição legal mais recente, está acima do ECA, sujeitando todas as suas normas ao escrutínio do Sistema.
 - Para os efeitos da Resolução n. 113, considera-se que o ECA é um dos instrumentos normativos de promoção, defesa e controle da efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente.
 - O Conselho Tutelar deve zelar pela aplicação das leis dispostas no ECA, sem no entanto se prender diretamente ao Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, pois este é submisso àquele.
 - A Resolução n. 113 de 19 de abril de 2006 revogou tudo o que estava estabelecido na Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

49. Há três eixos estratégicos de ação que norteiam a atuação dos órgãos públicos e das organizações da sociedade civil que integram o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Entre as alternativas abaixo qual **NÃO** contém um desses eixos estratégicos?
- a) Controle da efetivação dos direitos humanos.
 - b) Defesa dos direitos humanos.
 - c) Implantação de mais direitos humanos
 - d) Promoção dos direitos humanos.
50. Quanto ao acesso à justiça de toda criança ou adolescente, assinale a alternativa correta.
- a) No caso de violação de direitos humanos, o Ministério Público deverá ser acionado preferencialmente a quaisquer outras instâncias jurídicas.
 - b) Não se garantindo o acesso à Defensoria Pública, fica a cargo das famílias proverem assistência jurídica para a defesa de crianças e adolescentes que incorrerem em Ato Infracional.
 - c) A assistência judiciária gratuita só será prestada para famílias de crianças e adolescentes que comprovarem condição de pobreza e incapacidade de arcar com os custos processuais.
 - d) Dá-se na forma das normas processuais, através de qualquer dos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública.